



O DISCURSO SOBRE OS “SELVAGENS” NA REVISTA CAYAPÓS E CARAJÁS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE MISSIONÁRIOS, INDÍGENAS E SERTANEJOS NO ARAGUAIA PARAENSE

THE DISCOURSE ON THE “WILDLIFE” IN THE CAYAPÓS AND CARAJÁS MAGAZINE: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIPS BETWEEN MISSIONARIES, INDIGENOUS AND SERTANEJOS IN ARAGUAIA PARAENSE

Milton Pereira Lima¹Ribamar Ribeiro Junior²

RESUMO

Este trabalho é parte de um estudo interdisciplinar que tematiza o “discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na Revista *Cayapós e Carajás* na primeira metade do século XX”. Dessa forma, o texto narra o contexto histórico das relações interétnicas na margem do Araguaia Paraense, e discute a migração e sua territorialização, tendo como referencial teórico a própria literatura dominicana, além de textos de viajantes e pesquisadores. A metodologia adotada compõe uma revisão da literatura em uma perspectiva qualitativa do corpus documental, além da classificação, sistematização e tematização, tendo os missionários, indígenas e sertanejos em situação de fronteira como foco. Ao se analisar o discurso missionário, foi possível perceber seu viés notadamente ideológico, próprio da dinâmica da representação sobre o indígena e sobre sertanejo do “Araguaia Paraense”.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Araguaia Paraense; Relações interétnicas.

ABSTRACT

This work is part of an interdisciplinary study that addresses the “discourse of Dominican missionaries on the indigenous people of Araguaia in Revista *Cayapós and Carajás* in the first half of the 20th century”. In this way, the text narrates the historical context of interethnic relations on the banks of Araguaia Paraense, discusses migration and its territorialization using the Dominican literature itself as a theoretical framework, in addition to texts by travelers and researchers. The adopted methodology comprises a literature review in a qualitative perspective of the documentary corpus. In addition to the systematization and thematization classification, with the missionaries, indigenous and sertanejos in frontier situation as focus. When analyzing the missionary discourse, it was possible to perceive its markedly ideological bias, which is typical of the dynamics of representation about the indigenous and the backwoods of the “Araguaia Paraense”.

KEYWORDS: Border; Araguaia Paraense; Interethnic relations.

¹Doutorado em andamento pelo PPHIST. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Dinâmica Territorial e Sociedade na Amazônia - PDTSA - UNIFESSPA (2019). Atua como professor de história: SEDUC/ PA e SEMEC/Redenção. É docente dos cursos de farmácia, fisioterapia, enfermagem e odontologia da Faculdades Integradas Carajás FIC/PA. E-mail: miltoncau@yahoo.com.br

² Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor do quadro efetivo do Campus Rural de Marabá (CRMb) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: ribamar.sociologo@gmail.com



INTRODUÇÃO: A LEITURA DA “MEMÓRIA DOMINICANA”

O presente artigo discute o contexto histórico da chegada dos missionários dominicanos franceses à margem esquerda do rio Araguaia, mais precisamente do lado paraense, com a motivação de criar sua catequese indígena. Esse empreendimento de fato ocorreu durante as primeiras décadas do século passado. Com isso, sertanejos migraram para essa mesma região, sendo narradas, assim, as características das relações desses dois atores sociais (missionários e sertanejos) com os agrupamentos indígenas que já habitavam e desenvolviam suas tradicionais práticas culturais pelo território mencionado. O discurso religioso e sua ação missionária tiveram como pano de fundo a criação da catequese de Conceição do Araguaia, espaço/fronteira/território conhecido hoje como Sul do Pará. Parte-se da leitura de inúmeras obras, artigos, dissertações e teses, bem como de pesquisas, que abordam a formação territorial da fronteira entre o antigo norte do Goiás (atual estado do Tocantins) e o lado sul do território do Estado do Pará, localização que aqui recebe a denominação de “Araguaia paraense”, outrora estudado por Silva (1948) e Oliveira (1941), que empregaram a terminologia “Vale do Araguaia”³.

Nesses trabalhos constata-se recorrente menção a obras produzidas, na virada do séc. XIX para o séc. XX, pelos migrantes franceses da Ordem dos Pregadores (O.P), chamados, segundo informa Bressanin⁴ (2013), pelo epíteto de dominicanos. Essas obras compõem o que chamamos de fonte secundária de estudo e, em um primeiro momento de nosso trabalho, servem para contextualizar os contatos e relações entre habitantes (agrupamentos indígenas) e migrantes (sertanejos), que fazem parte do *locus* estudado.

Enfim, o material de análise será a construção da escrita dominicana, composta por uma vasta produção bibliográfica e documental, essencialmente a revista *Cayapós e Carajás*⁵, que ajuda na

³ Cf. OLIVEIRA, Américo Leonidas Barbosa de. O Vale Tocantins-Araguaia; possibilidades econômicas, navegação fluvial, Imprensa Nacional, Rio, Ministério da Viação e Obras Públicas, 1941

⁴ Segundo Bressanin “a ‘Ordem dos Frades Pregadores’, que designa os “Dominicanos”, tem sua criação após titulação concedida pelo Papa Honório III, em 1216, expressando a missão pela qual a Ordem nasceu, foi criada em 1214 por Domingos de Gusmão em Toulouse, na França, e tinha como objetivo principal a pregação do Evangelho. Espalhados por toda a Europa, em alguns países da América espanhola: Peru, Chile, Argentina, Uruguai, México e Colômbia, pela África e outras regiões do mundo os dominicanos engajaram-se na missão do anúncio do Evangelho, na busca contínua de novos convertidos para o catolicismo e no combate às heresias que afrontavam a Igreja Católica”. BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. OS DOMINICANOS NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS. Anais do III Simpósio Nacional de História UEG, 2013.p.13-14.

⁵ Trata-se de um periódico produzido pela Prelazia de Conceição do Araguaia entre os anos de 1922 a 1933 e, portanto, é parte da memória da Igreja Católica, especificamente resultado da ação evangelizadora dominicana. Ela tinha periodicidade de 4 edições ao ano, editada nos meses de julho, outubro, janeiro e abril. Era vendida e distribuída entre seus fiéis, essencialmente das regiões sudeste, centro-oeste e sul do país, que as recebiam após pagar uma assinatura anual no valor de “R\$ 10.000 Mil



elaboração da fundamentação/contextualização histórica. A mesma auxilia com impressões e evidências da conjuntura das relações entre os atores sociais do início do século XX, demonstrando, dessa forma, um quadro social específico. Igualmente, serve para complementar a fonte principal desta pesquisa⁶.

Então, trechos de livros dos dominicanos (bibliográficos e memorialistas) se fazem presentes através de citações, exemplificando a ação religiosa; e, embora seja fonte secundária, essa referência auxilia na compreensão do principal material de análise, uma vez que será feita com base no discurso contido no corpus documental desta pesquisa: o conteúdo que compõe a revista⁷ *Os nossos Índios Cayapós e Carajás*⁸.

As obras que contextualizam o momento histórico das relações e realizações sociais, citadas nesta pesquisa, são elaborações atravessadas por noções ideológicas em que o objeto de estudo se ancora, entre outras, no livro escrito por Audrin (1947), intitulado *Entre sertanejos e índios do Norte*⁹. Outra obra bastante citada, seja em trabalhos acadêmicos ou “memorialistas”, é *O Apóstolo do Araguaia*¹⁰, de Gallais (1942), que se trata de uma biografia de frei Gil Vilanova, considerado o criador da catequese, assim como das duas missões¹¹. O livro também narra a ação dominicana e as relações entre eles, os indígenas e outros moradores da região do Araguaia.

Retomando aos autores que auxiliam na exposição do nosso quadro histórico, utiliza-se também o livro *Nos sertões do Araguaia*, escrito por Silva¹² (1948, p. 3), que é um diário de viagens e, segundo o próprio autor, são “narrativas das expedições às glebas bárbaras do Brasil Central”.

Como ponto auxiliar na elaboração deste estudo, mobilizou-se ainda a categoria “fronteira”¹³, focada na noção teorizada por Martins (1996) como “local de encontro, de contato, de relações entre atores

Réis”. Um estudo mais detalhado do contexto da produção da revista será feito durante a apresentação das seções deste trabalho.

⁶ É importante ressaltar que esta pesquisa faz parte das atividades realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Territórios Indígenas e Etnoenvolvimento (GPTIE), onde pesquisadores de várias áreas do conhecimento têm catalogado, arquivado, publicado e refletido sobre esses dados que compõem um conjunto de fontes do acervo do Arquivo da Província Dominicana em Belo Horizonte (MG), são pesquisadores de diversas instituições que têm contribuído no esforço de compartilhar essa memória coletiva.

⁷ No presente texto, nossa preferência é usar a sigla RCC para se referir a essa fonte que é o periódico *Revista Cayapós e Carajás*.

⁸ Apesar do título completo desse periódico ser *Os nossos Índios Cayapós e Carajás*, utiliza-se, neste estudo, apenas as nomenclaturas que aparecem em destaque na revista “Cayapós e Carajás” para mencionar tal periódico.

⁹ AUDRIN, José Maria, O.P. *Entre sertanejo e índios do Norte: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro: Púgil Ltda.

¹⁰ GALLAIS, Estevão-Maria. *O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano*. Rio de Janeiro: Vera Cruz, 1942.

¹¹ Simultâneo à criação do Arraial e, portanto, da catequese para os não indígenas, os dominicanos criaram a catequese indígena nas proximidades a fim de catequisar os Kayapó.

¹² SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do Araguaia*. Editora Saraiva S.A. São Paulo. 1948. p. 290.

¹³ MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. USP, São. Paulo, 1996, p. 29



sociais de matrizes sociais e origens diversas. Na fronteira as relações são ‘as relações interétnicas, são relações de fricção interétnica’ (MARTINS, 1996, p. 29), e por Pacheco de Oliveira (2016), como instrumento analítico dos fenômenos histórico-sociais (2016, p. 125)

Dessa forma, por agregar os antigos habitantes indígenas e novos migrantes, o *locus* “araguaiano” condicionou-se a um lugar de encontros entre atores sociais que antes se desconheciam. E, em função de interesses diversos e distintos, tal fronteira ganhou contornos conflituosos devido à “alteridade”, que é parte desse fenômeno social (MARTINS, 1996).

Enfatiza-se, portanto, que as obras dominicanas citadas são parte da problematização e tematização do objeto de estudo, de modo que colaboram na construção histórica da pesquisa, evidenciando aspectos da ação religiosa e das “relações interétnicas” dos atores envolvidos socialmente na temporalidade aqui analisada.

Contudo, afirma-se novamente que a fonte primordial deste estudo é o periódico em formato de revista *Cayapós e Carajás*, composto por uma série de números escritos e editados pelos dominicanos no ato da ação missionária, ou seja, no decorrer de sua atuação evangelizadora no Araguaia, tanto após a criação da catequese indígena, como durante a manutenção dessa missão religiosa.

A primeira edição da revista *Cayapós*¹⁴ e *Carajás* data do ano de 1922 e traz, em suas primeiras páginas, uma “Breve notícia sobre a Prelazia de Conceição do Araguaia”¹⁵. A narrativa presente no periódico passou a ser a versão recorrente sobre a chegada dos dominicanos e a fundação de sua catequese na fronteira que separa o antigo norte do Estado do Goiás, do Sul do Estado do Pará¹⁶, uma vez que é ordinária a reprodução do discurso memorialista dos dominicanos por parte de diversos autores, pesquisadores e historiadores que versam sobre a formação territorial às margens do Araguaia, ou seja, descrevem sobre a colonização de parte da fronteira norte do Brasil.

¹⁴ A grafia usada atualmente é Kayapó, escrito com as letras K e Y, todavia, neste trabalho, quando se referir à revista, será usada a letra “C”, conforme está escrito na capa da revista. Entretanto, ao se referir à nomeação dada a esses povos, será usada a escrita Kayapó e Karajá, conforme se convencionou utilizar entre os indigenistas.

¹⁵ Conceição do Araguaia é uma cidade centenária localizada no Sul do Estado do Pará. Considerada “Cidade Mãe” pelos araguaianos sulparaenses; ainda no primeiro quartelão do século XX, era um município que agregava, no sentido norte sul, a fronteira da parte antiga do norte do Goiás, atual Tocantins, até Marabá, e se estendia de São Felix do Xingu à Santa Maria das Barreiras.

¹⁶ Sobre a vinda dos religiosos franceses ao território brasileiro, Audrin relata que “os Dominicanos aportaram ao Brasil apenas no último quarto do século XIX. Foi em outubro de 1881 que vieram iniciar aqui seu apostolado, escolhendo por campo de ação, não as futuras cidades do litoral, mas sim a província mais central do então Império, a pobre e remota Diocese de Goiás. (...) É um facto que a Ordem Dominicana, embora em plena florescência em Portugal, no tempo da Descoberta do Brasil, não aparece na conquista espiritual desta terra, junto aos numerosos Religiosos de Ordens diversas. Facto tanto mais estranho, à primeira vista, que nessa mesma época e nessa mesma América do Sul, os Dominicanos Espanhóis, seguindo os passos dos ‘Conquistadores’, estabeleciam-se no Peru, na Colômbia, no Chile, no Uruguai, no México, na Argentina.” (AUDRIN, 1947, p.39)



A primeira fase da migração de pessoas, oriundas de outras regiões do Brasil, para essa parte do norte do território brasileiro é denominada por Velho¹⁷ (1972) e Martins (1996) como “frente de expansão”. Assim:

Os antropólogos, quando falam de “frente de expansão”, fazem-no basicamente para poupar palavras na definição daquilo com que se defronta o índio. Não estão dizendo nada de específico e definido. Estão dizendo que sobre os territórios tribais se move a fronteira populacional e cultural dos brancos. A noção de frente de expansão, nesse contexto, apóia-se essencialmente em subentendidos. Esses subentendidos afloraram nas duas últimas décadas, nos trabalhos dos autores que fizeram pesquisa na região amazônica. Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção, (MARTINS, 1996, p. 29)

O pesquisador de “fronteira amazônica”, acima citado, discorre sobre a diversidade de olhares relativos a essa temática. Acrescenta ainda sobre a pluralidade das noções conceituais apontadas por geógrafos e antropólogos, entre outros cientistas, ao estudar essa região que, em si, compõe múltiplos sentidos, dependendo da abordagem e do recorte, da temporalidade e das categorias de estudo. Assim, sabe-se que podem ocorrer distintos esquemas interpretativos sobre a – “fronteira Amazônica”.

Ao se estudar esse tema e as relações entre grupos étnicos, assuntos notadamente complexos, alguns estudos desenvolvidos por pesquisadores das ciências humanas costumam partir de seu próprio campo de formação. Assim, tais cientistas “viram, portanto, o que a fronteira lhes mostrava e o que estavam profissionalmente dispostos a ver” (MARTINS, 1996, p. 30).

Por fim, convém afirmar que este estudo busca compreender as relações sociais em locais em contexto de fronteira, ou seja, os “encontros e desencontros” a partir da noção de representação, ao se adotar uma postura interdisciplinar sobre temáticas do universo pesquisado. Sabe-se que os resultados das análises podem ser variados, uma vez que dependem tanto da formação científica e cultural de quem fez o estudo, como de sua referência quanto à disciplina científica. Dito isso, compreendemos que essa categoria analítica nos ajuda na compreensão de que tipo de fronteira estamos percebendo no contexto do Araguaia Paraense, onde as condições deilhamento são utilizadas para restringir as territorialidades indígenas.

A MISSÃO, OS INDÍGENAS E A CATEQUIZAÇÃO

¹⁷ Cf. VELHO, Otávio Guilherme: Frente de expansão e estrutura agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972



O que se convencionou denominar de “Amazônia Oriental¹⁸”, como categoria de estudo, se refere ao lugar de fronteira onde também se insere este estudo e, em um recorte mais específico, pode ser chamado de “Araguaia Paraense”. De fato, é possível encontrar reflexões e pressupostos científicos sobre essa parte das “Amazônias” localizada nas proximidades dos rios Araguaia e Tocantins, em Velho (1972), Coudreau (1897), Ianni (1981), dentre outros.

A respeito da concepção usada para narrar a temporalidade/localidade, ou seja, o recorte histórico aqui desenvolvido, utiliza-se a denominação Araguaia Paraense¹⁹. Essa noção interpretativa aparece tanto em trabalhos acadêmicos, como não acadêmicos, isto é, em produções como ensaios, livros, memórias e biografias. Entre as tais, cita-se as obras de Gallais (1944) e Audrin (1947), autores que, cientistas sociais ou não, convergiram ao racionalizar a versão sobre a migração para “Araguaia Paraense”, tendo como base documentos posteriores ao periódico - a revista *Cayapós e Carajás* - que traz logo em suas primeiras páginas uma:

BREVE NOTICIA HISTÓRICA SOBRE A PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Em outubro de 1896, dois missionários da Ordem de S. Domingos, frei Gil Vilanova e frei Ângelo Dargaignaratz, com ardor de verdadeiros apóstolos e com as bênçãos a obediência ensaiaram a catequese no rio Araguaia. Depois de alguns dias de viagem, a umas duzentas léguas de Santa Leopoldina, encontraram, na margem paraense, um grupo de famílias cristãs. Foragidas pelas guerras fraticidas do norte de Goiás, viviam isoladas travando só relações com os índios Caiapós, cujas aldeias pouco distavam do arraial da Barreira de Santa Ana, nome da povoação. Os missionários aproveitaram-se desta ocasião e comunicaram-se com os chefes dos índios que lhes deram inteira confiança prometendo meninos para o futuro colégio. Entretanto a Providência tinha designado outro ponto para a catequese. Uma enchente extraordinária destruiu todas as casas do arraial. O explorador francês Henri Coudreau, enviado pelo governo paraense para reconhecer as fronteiras do rio Tapirapé, indicou aos missionários um lugar situado vinte e cinco léguas abaixo, muito favorável para o estabelecimento da catequese (RCC, nº: 01, Ano:1922, p.03).

A citação desse primeiro trecho do nº 01 da RCC serve como elemento para a compreensão dos acontecimentos que podem explicar os primeiros passos dos missionários no “rio Araguaia”, ou seja, a missão catequética localizada à margem esquerda do rio.

¹⁸ Esta categoria é utilizada por diversos pesquisadores pertencentes a grupos distintos, mas, neste estudo, preferimos lançar mão do termo “Araguaia Paraense”, por acreditarmos que ele possa caracterizar de forma mais precisa essa pesquisa que tem um recorte feito a partir do conjunto de leituras que indicam essa parte do Araguaia no lado paraense.

¹⁹ O Araguaia Paraense, como descrição geográfica apontada aqui, se refere ao território que é parte do Pará. Local onde, em 1911, foi instalada a Diocese de Conceição do Araguaia, e mesma área que compreende a ação evangelizadora dos missionários dominicanos no que hoje se denomina como “Sul do Pará”. Também chamado de “Vale do Araguaia”, por se situar basicamente entre os rios Araguaia, Xingu, Itacaiunas e Tocantins. Embora a descrição mais precisa da localização da região onde atuavam os religiosos seja apontada por Audrin: “vinte e cinco léguas abaixo, na margem paraense, (do Araguaia) encontrou de facto, depois de saltadas as violentas corre de iras de “Caldeirão” e de “Três Portas”, um ponto reconhecido até hoje como único em toda a extensão do Araguaia. A posição geográfica, verificada mais tarde por diversas comissões científicas, era exatamente: 8°15, ao Sul da linha equatorial, a latitude de Recife” (1947, p. 79).



Segundo a publicação dominicana, o local de fundação do que viria ser o Arraial de Conceição, assim como a justificativa da ocupação, foi uma escolha que se deu em função de fenômenos naturais: as “enchentes periódicas”. Fato que forçou a mudança da pequena população para um local mais elevado indicado por um explorador francês. Encontra-se ainda no trecho citado, a narrativa sobre o protagonismo missionário “com ardor de verdadeiros apóstolos e com as bênçãos a obediência ensaiaram a catequese no rio Araguaia” (RCC, nº: 01, Ano:1922, p. 03), além dos primeiros contatos com os indígenas, que eram os principais alvos da missão de evangelização.

Em Gallais (1942) há a menção de que essa já era a quarta tentativa de frei Gil de encontrar um local para a edificação de sua catequese. Isso depois de passar pelo Arraial de Barreira e de Santa Leopoldina, situados no antigo norte do Goiás. O entrecruzamento na fronteira, que tem o rio Araguaia como limite natural, passa a ser o cenário da convivência entre sujeitos indígenas, religiosos e sertanejos. Assim, com a criação do Arraial na margem do Araguaia, essa rede de relações se aprofunda no solo de permanentes antagonismos, conflitos²⁰, acomodações e resistências.

O feito de frei Gil de Villanova foi, segundo a descrição da revista, articulado após os primeiros contatos com os Kayapó e os colonos sertanejos. “Os missionários aproveitaram-se desta ocasião e comunicaram-se com os chefes dos índios que lhes deram inteira confiança prometendo meninos para o futuro colégio” (RCC, nº: 01, Ano:1922, p.03). A partir daí iniciou-se a construção do lado paraense do rio. Sabe-se que a intenção dos religiosos sempre foi criar uma catequese²¹ para educar e evangelizar os agrupamentos indígenas.

Assim foi que a 14 de abril de 1897, frei Gil, depois de ter rezado a missa debaixo de frondosa árvore, mandou construir duas choupanas e delineou a planta da povoação que mais tarde deveria ser a cidade de N^a. Sr^a. da Conceição do Araguaia, sede da futura prelazia. Muitas famílias vieram de longe estabelecer-se à sombra do novo cruzeiro, enquanto os missionários de S. Domingos, com o auxílio das Religiosas Dominicanas de Monteils, chegadas em dezembro de 1902 se empregavam na catequese dos índios Cayapó, aldeados perto de Conceição (R.C.C, nº: 01. Ano.1922. p.3).

Moreira Neto discorre sobre a migração de sertanejos nordestinos em um período anterior aos dominicanos:

²⁰ Audrin afirma que: “Sabemos também, baseado em documentos oficiais, que em 1780, o Capitão Geral Fernando Delgado, levantou um “presídio” em frente e um pouco acima da Conceição atual. Este lugar continua sendo chamado de Santa-Maria-Velha. Infelizmente seus primeiros moradores foram trucidados em 1813 pelos Carajás”. (AUDRIN, 1947, p. 80)

²¹Há nos escritos tanto de Ianni (1978), como de Gallais (1942), a afirmação de que foi Henri Coudreau quem informou a Fr. Gil o local seguro e adequado, longe das enchentes dos rios, para se construir a nova catequese indígena, todavia, essa é uma afirmação presente também nos escritos dos dominicanos, isto é, nas primeiras páginas da Revista Cayapós e Karajás que têm publicação anterior aos textos dos autores acima citados, ou seja, no ano de 1922.



Esse núcleo de fronteira foi constituído por uma seção destacada da frente expansionista que ocupou os campos do Arraias e do Páu D'arco. Como os primeiros colonizadores da Barreira, são vaqueiros do Maranhão e das regiões limítrofes de Goiás que, segundo testemunha Coudreau, transferiram-se para território paraense “após a guerra da Boa Vista”. Eram criadores esses pioneiros e pretendiam continuar como tal (MOREIRA NETO, 1960, p. 31).

Foram os missionários da Ordem dos Pregadores que, no ano de 1897, após anos de tentativas, alcançaram o objetivo idealizado por outras matrizes religiosas: a fundação da catequese. Assim, se instalou a pedra fundamental da principal base de apoio de onde os dominicanos se lançariam mata adentro, no sertão paraense, em busca de novas almas.

O trecho da RCC “BREVE NOTICIA HISTÓRICA SOBRE A PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA”, acima analisado, pode ser encontrado em inúmeras edições da RCC ao longo da existência da revista. De certo, essa repetição serve para afirmar a “memória” e os feitos do fundador da catequese em questão. Em diversas edições reforça-se que tal realização somente se tornou possível em função da insistência de Frei Gil, que contou com a permissão dos superiores de sua ordem na Província Francesa de Toulouse. Conforme “determinou-se finalmente para esta, presumindo a licença do Padre Gallais, Provincial de Toulouse, e por motivos que este devia plenamente aprovar” (AUDRIN, 1947, p.78).

No “caderno diário” de Silva²² (1948), há a descrição de que havia, nos primeiros anos após a criação da catequese de Conceição, na fase inicial do novo arraial, aproximadamente:

[...] umas 1.000 almas, afora os criadores de gado nos campos do interior. A mesopotâmia paraense entre **Xingu e o Araguaia** possuem uma topografia que pode ser caracterizada em síntese. Nas margens desse último rio prevalece uma faixa de mata de meia dúzia de léguas, abertas em seguidas nos “gerais”, ou campinas vastas, que terminam afinal na vegetação exuberante do Xingú (SILVA, 1948, p. 181, grifo nosso).

A nova área a ser desbravada pelos dominicanos - “Xingu e o Araguaia” - é composta por um imenso território entre rios, vales e montanhas, sendo habitada por indígenas e sertanejos que moram em pontos distintos e distantes uns dos outros. Os padres missionários dominicanos, guiados por suas aspirações e crenças baseadas em seu projeto de evangelizar e pôr em desenvolvimento seu ideário de “pacificação” dos indígenas do Araguaia, partiam sertão adentro rumo às aldeias dos agrupamentos

²² SILVA, Hermano Ribeiro da. Nos sertões do Araguaia. Editora Saraiva S.A. São Paulo. (1948, p. 181)



indígenas. Todavia, tal intento não parecia tarefa fácil, já que o mundo em que os franceses pretendiam lançar as luzes da fé e da civilização era tido como um “mundo bárbaro”.

Entre as regiões mais barbaras do Brasil está o **vale do Araguaia**, onde perdura diversos afluentes e mesmo em distendidos trechos das suas margens um mundo *Bruto* e indevassado. Ai dominam até hoje tribos de índios arredadas dos olhos cristãos, pois que nos recessos de suas amplitudes nem os catequistas, nem os aventureiros penetraram (SILVA, 1948, p. 21, grifo nosso).

As ideias definidoras do “sertão do Araguaia”, “vale do Araguaia”, ou se preferir “Araguaia Paraense”, descritas acima, relacionavam-se à noção que se tinha sobre seus habitantes. Conforme Magalhães²³ (2013, p.23), tratavam-se dos “ferozes e temíveis” indígenas. Percebe-se que Silva (1948) repete o discurso colonialista ao caracterizar tal fronteira como “mundo *Bruto* e indevassado”, ou ainda, “aí dominam até hoje tribos de índios arredadas”, conforme sua argumentação.

A margem do Araguaia era habitada por inúmeros agrupamentos indígenas, muitos ainda hostis ao contato com os não-indígenas, isso devido aos históricos conflitos com caçadores de peles e pedras preciosas, além de coletores de castanhas e outros recursos naturais.

De acordo com Moreira Neto (1960), com a instalação de criadores de gado na região, as relações e o convívio, que já eram conflituosos, se intensificaram nos anos finais do século XIX e início do século XX, em função da chegada de uma leva de migrantes nordestinos que, após cruzar o Estado de Goiás, se estabeleceram nos dois lados do Araguaia, passando a viver da cultura agropastoril e outras atividades econômicas.

Em 1904 a descoberta do caucho, nas matas do Rio Fresco e do Xingu, abriu uma nova era para Conceição. Milhares de imigrantes passavam, vindo de todos os Estados do Norte; outros se estabeleciam perto da povoação, aumentando assim o trabalho espiritual dos missionários (RCC, nº. 01. Ano. 1922. p.4).

A teia social composta por missionários - no intento de evangelizar e “conduzir todas essas almas pagãs ao batismo e a fé católica” (RCC, nº. 06. Ano. 1923. p.4) - indígenas e sertanejos, e suas relações sociais, passa a ser a nova dinâmica territorial, das relações e do convívio dos habitantes do sertão, no limite entre os dois estados, por onde correm as águas araguaianas.

²³ MAGALHÃES, General Couto de. O SELVAGEM. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB – Salvador, 2013



Foi em consequência da habilidosa articulação de se relacionar e manter contato com os agrupamentos indígenas e demais atores sociais da região do Araguaia, que os dominicanos - depois de realizar inúmeras incursões às aldeias, vilas e freguesias - conseguiram se fixar em territórios próximos indígenas e não-indígenas, criando ao mesmo tempo o povoado e, em suas proximidades, uma aldeia de indígenas Kaiapó.

Uma das consequências do contato interétnico, segundo o sociólogo Otavio Ianni (1978), foi que, poucos anos após a chegada dos religiosos, ocorreu a exploração de produtos vegetais como “hevea brasilienses” ou “seringueira e a *costiloa elástica* ou caucho”, além das chamadas “drogas do sertão” (cravo, baunilha, salsaparrilha, cacau, castanha do Pará) e peles de animais e óleos.

Atraídas pela presença dos Missionários e pela miragem de terras novas, muitas famílias afluíram sem cessar dos sertões de Goiás, Maranhão e Piauí. Uma outra causa de transformação rápida e inaudita era a descoberta, em 1904, de uma riquíssima zona de "borracha" nas matas vizinhas. Chegaram logo às centenas os extratores da preciosa goma "castilhã". Conceição tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingú. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções, atravessando o rio, parando alguns dias em Conceição antes de afundarem nas matas. Abriam-se casas de negócios, ao longo de ruas traçadas às pressas. Não era mais, portanto o povoado de Frei Gil, com sua simplicidade de costumes, seus hábitos religiosos, sua submissão ao Padres; com esse conjunto enfim de fisionomia moral e social, que fazia lembrar um pouco uma "redução" dos tempos do Paraguai (AUDRIN, 1947, p. 85).

Ocorreu um movimento migratório de pessoas de diversas regiões do Brasil que, depois de cruzar o rio Araguaia rumo ao povoado de Conceição do Araguaia, construíram moradia, comércio e se estabeleceram na vila ou adentraram na mata à procura de recursos para a sobrevivência, fato que provocou um aumento populacional e, conseqüentemente, um novo cenário demográfico. Houve também a ocorrência de novos problemas com os quais os religiosos não estavam habituados.

Não por acaso, a catequese tinha uma “fisionomia” e uma estrutura de organização que Audrin afirma “lembrar uma redução dos tempos do Paraguai” (1947, p. 85), uma clara alusão a um paradigma de controle sobre determinada população sob circunstâncias específicas, nesse caso, a evangelização.

Após os primeiros anos do século passado, de 1903 em diante, estava ameaçado o controle político sobre o povoado. Com a presença cada vez maior de migrantes, exploradores do látex, comerciantes, aventureiros, dentre outros, o que estava em disputa era a liderança política e doutrinária dos dominicanos. Sobretudo, corria-se o risco de perder as almas que deveriam ser salvas. Estava em xeque o principal empreendimento dos dominicanos no Araguaia: a catequização dos indígenas.



Havia na região produtos que possuíam alto valor comercial tanto no mercado nacional como internacional e atraíam os novos migrantes. Segundo Almeida (2008, p. 25), “favorecendo o deslocamento de força de trabalho nordestina para a Amazônia”, fluxos migratórios e exploração auxiliaram para que parte do território brasileiro em questão experimentasse um rápido desenvolvimento urbano, essencialmente nas capitais Belém e Manaus²⁴.

Esse era o cenário histórico do Araguaia da primeira década do século XX. Essa era a formação da fronteira do sul do Pará que passou a obedecer a uma orientação/controlar a partir da ótica política moldada segundo as práticas religiosas e culturais dominicanas. Controle muitas vezes implementado em ações e estratégias de colonização e controle social que, por sua vez, não eram isentos de interesses políticos próprios de uma tessitura social vinculada à economia e alinhada a grupos de interesses do Estado brasileiro.

Tem-se, mormente, um novo desenho territorial, com a criação dos povoados: Pau D’arco, Santa Maria, Sant’ Ana da Barreira. Mas, era a criação da catequese de Conceição que, segundo Audrin, se firmou “como uma longa e ardente aspiração dos dominicanos franceses da província de Toulouse” (1947, p. 77). Tal convicção de consolidação da Catequese pode ser entendida pelo fato de os religiosos já terem fincado raízes no estado vizinho (Goiás) “com a criação entre outras de uma paróquia ainda no de 1883, pelo bispo de Goiás” em Porto Nacional (GALLAIS, 1942, p. 123); além de o Pará constituir-se como uma nova fronteira a ser desbravada a fim de “salvar as almas” do lado esquerdo do Araguaia.

As marcas dos conflitos e exemplos de antagonismo, já mencionados em Martins (1996) e Oliveira (2016), estão evidentes em narrativas que demonstram a permanente resistência dos indígenas. A fronteira da Amazônia, aqui contextualizada, era habitada por distintos povos indígenas. O relato de Ianni (1978, p. 9) expõe que “os índios eram principalmente os Karajás, que habitavam as margens do Araguaia, e os Cayapós, que habitavam mata a dentro”. Esse sociólogo descreve acontecimentos violentos entre indígenas Karajá e não indígenas migrantes que passaram a habitar as margens do Araguaia.

Com a expansão do comércio da borracha, além da violência física dos confrontos entre os atores sociais citados, procedeu-se a transformação de parte dos indígenas em mão de obra: “transformaram-se índios em caucheiros ou seringueiros” (IANNI, 1978, p. 28). O que parece ser um dos resultados do contato entre indígenas e não indígenas. Não obstante, o encontro interétnico ocasionou

²⁴Alfredo Wagner Berno de Almeida argumenta que: “Trata-se de situações de mobilização de força de trabalho pela empresa seringalista. Podemos verificá-la também na implementação do Plano de Defesa da Borracha, desde 1912, e nas políticas governamentais para a seca em 1915 e 1930. Vamos encontrá-la ainda nas campanhas da ‘Batalha da Borracha’”. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Editora, Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Rio de Janeiro, p. 15-153.



tanto violência física como simbólica. Igualmente, há descrição de conflitos segundo as próprias obras dos dominicanos, como Audrín: “injustiça flagrante e comum nos sertões, que foi sempre causa principal de atritos e conflitos sangrentos, atribuídos por pura calúnia, aos indefesos autóctone” (1946, p. 220).

O livro “O Apóstolo do Araguaia”, do Frei Estevão Maria Gallais, também membro da Ordem dos Pregadores, narra os encontros conflituosos entre indígenas e a população dos sertões nas proximidades da fronteira aqui mencionada: “contavam como de noite tinham assaltado o seu galinheiro e feito mão baixa dos seus frangos, carregando os três mais belos porcos, ” (GALLAIS, 1942, p. 80). Em outra passagem do livro há a descrição do possível assassinato de uma menina, filha de colonos, morta por ataque atribuído aos Kaiapó.

No entanto, a autenticidade dos fatos acima mencionados é questionável, pois tais narrativas não possuem um rigor comprobatório a partir de fontes ou documentos seguros. Esses relatos são ensaios e obras de gênero literário não científico e, portanto, não obedecem a um rigor acadêmico. São narrativas e leituras de falas de populares, contos, dizeres que os religiosos ouviam durante suas expedições pelo sertão à procura de indígenas para evangelizar. Contudo, as narrativas sobre mortes, seguidas de possíveis casos de canibalismo, podem ter relação com uma memória anterior que fazia menção ao canibalismo indígena em outros períodos e locais do Brasil.

Nesse ínterim, inúmeras descrições de ataques a vilarejos, sítios e fazendas são narradas:

O fogo ainda não estava extinto, e a primeira coisa que o infeliz pai notou foi a cabeça e os ossos de sua filha, que os índios tinham feito assar e haviam devorado. Recolheu esses tristes restos e levou-os para casa. Viam-se ainda os ossos vestígios dos dentes dos canibais. Os Caiapós não são antropófagos por profissão, é só raramente e por exceção é que sedem a tentação de comer carne humana. Naquele dia, sem dúvida não tinham sido felizes na caça; compreenderam talvez que o galinheiro do homem estava muito bem guardado; logo, em desespero de causa, acharam que não tinham coisa melhor a fazer do que comer-lhes a filha, cuja a comer, aliás, só podia ser apetitosa, foi esse aliás, o único caso de canibalismo que os missionários encontraram no correr de suas excursões (GALLAIS, 1942, p. 81).

O que pode explicar tais narrativas é a marca da “alteridade” (MARTINS, 1996, p. 26), que parece ser o traço presente nas relações entre os habitantes da fronteira da “Amazônia Oriental”. É evidente que havia pelo menos uma cultura de desconfiança e medo entre os moradores do sertão e os indígenas. Gallais (1942) e Audrin (1947) afirmam que os Kayapó, juntamente com os Karajás, entre outros, eram apontados como “selvagens”.

Segundo esses autores, os indígenas eram temidos principalmente por criadores de gado e agricultores. O que se sabe é que os habitantes das matas, por terem outra noção de pertença ao território



- associando-o as suas práticas culturais, como caça, pesca e plantio - desconhecem os limites de fronteiras²⁵ segundo as normas da cultura dos não-indígenas.

Cabe ressaltar que as narrativas que descrevem os indígenas como não “civilizados”, “canibais”, “violentos”, “instáveis”, “bravos”, enfim, aqueles que necessitam se adequar a uma cultura de relações baseada na convivência mútua - leia-se “pacificação” (OLIVEIRA, 2016) no sentido de adequação, tanto de formação de consciência como territorial - têm por base discursos de poder, pois “onde quer que haja circulação de discursos, lá estarão as relações de poder” (NEVES, 2009, p. 105). Entende-se que essas representações são a materialização de vínculos permeados por relações de poder.

A “pacificação” e a “civilização” são dois termos costumeiramente repetidos nos discursos dos evangelizadores, onde se lê: “será ainda possível a “**pacificação**” e “**civilização**” desses silvícolas tão bravios e tão fugitivos?” (RCC, nº. 07. Ano. 1924. p.7, grifo nosso). Mesmo que os significados dos termos citados tenham relações históricas e culturais, as consequências dessa ação, promovida pela referida ordem, foram: **genocídio, pacificação e racismo**. Conforme argumenta Oliveira (2016), tal tríade perversa objetivava “promover uma guerra de conquista contra as ‘nações indígenas’” (OLIVEIRA, 2016, p. 324, grifo nosso). Segundo esse estudioso, tratava-se da conquista, principalmente, dos territórios habitados pelos indígenas.

Cabe se perguntar “em que medida e como o homem civilizado pode tomar posse de uma terra que o selvagem [...], ocupa desde tempos imemoriais?” (GALLAIS, 1942, p. 83). Nota-se que entre outros assuntos - como a fundação da catequese e a conversão das almas ao catolicismo (batismo), o casamento e as políticas indigenistas - a posse da terra também era tema habitual no discurso dos missionários.

Destarte, o missionário Frei Gil Villanova e seus aliados estavam empenhados em “civilizar” os moradores indígenas do Araguaia: “Foi devido a esta afluência inesperada que, decorridos poucos meses, o que devia ser um aldeamento reservado aos Caiapós, tornou-se uma pequena vila, com sua igreja, sua escola primária” (AUDRIN, 1947, p. 79).

Portanto, “salvar as almas” (slogan escrito nas contracapas da revista *Cayapós e Carajás*), assim como cristianizar, significava igualmente “pacificar”, e essa era uma das metas a ser alcançada, da mesma forma que consolidar sua já fundada catequese desde outubro de 1896, (RCC, nº: 01. Ano.1922. p. 3). Para tanto, após conseguir alguns meninos para catequisar, cedidos pelos Kayapó, o religioso se

²⁵ O termo “fronteira”, utilizado no trecho acima, serve antes de tudo para se descrever a localização segundo a tradição da geografia física, todavia, este estudo apoia-se na noção de fronteira segundo a orientação de José de Sousa Martins: “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. (MARTINS, 1996, p.27)



dirigiu à capital, Belém, a fim de arrecadar recursos para sua recém e precária catequese, então Arraial de Conceição do Araguaia.

O governo do Pará, Dr. José Paes de Carvalho, acolheu o Dominicano com espanto, e no mesmo tempo com entusiasmo. Maravilhado pela empresa iniciada no extremo sul do seu território, prometeu eficaz e fiel apoio, e logo, cumulou de presentes e valiosos auxílios este inesperado desbravador dos sertões paraenses. Frei Gil tornou-se um verdadeiro herói aos olhos de todos. Os homens políticos, como as autoridades eclesiásticas, uniram-se num concerto de louvores e de generosidades (AUDRIN, 1947, p. 79).

No período da chegada e da consolidação da catequese nas margens do Araguaia, entre os estados do antigo Norte do Goiás e do Pará, as relações entre os dois entes federativos eram pautadas na desconfiança. Isso pois existiam dúvidas e disputas quanto aos limites de suas fronteiras. Não por acaso, o governo paraense contratou o explorador francês Henri Coudreau²⁶ para realizar estudos sobre os limites territoriais na parte sul do Estado.

Outro interesse do governo paraense nas terras ao sul se referia à intensa mobilização de exploradores de recursos naturais, como já citado. Tanto que se tornou inconstante a população de Conceição, sendo que no ano de 1900, após 3 anos de sua fundação, a vila contava com apenas 200 pessoas e a aldeia dos Kayapó com 400 à 500 indígenas.

O historiador Isaú Luz, que é morador de Conceição do Araguaia, esclarece em sua obra “Rastro e pegadas” (2011), que já em 1904 “estourou na região sul paraense o ciclo da borracha [...] Conceição era o portal de entrada para essa nova frente de trabalho e sua população chegou a 4.800 habitantes” (2011, p. 281-282).

Quanto aos métodos e às características da missão, assim como objetivos doutrinários/catequização desempenhados pelos dominicanos, a historiadora Claire Pic (2014) - que desenvolveu pesquisas em arquivos da ordem na França em Toulouse, e no Brasil, em Belo Horizonte - descreve que as estratégias de conversão dos indígenas se assemelhavam às práticas de outras denominações religiosas que antecederam os dominicanos na conversão das almas.

O projeto desenvolvido pelos dominicanos na Conceição do Araguaia reproduz muitas características dos aldeamentos capuchinhos. O projeto de evangelização é focado nas crianças que lhes são confiadas e na sedentarização de adultos, o que parece diferenciá-lo das experiências

²⁶ Segundo Luz, Henri Coudreau era um explorador profissional que mostrara eficiência em seus trabalhos de exploração na Guiana Francesa e que agora, contratado pelo governo do Pará, desenvolvia os estudos do curso do Rio Araguaia e suas riquezas minerais e vegetais. Também realizou levantamento para determinar os limites do Estado do Pará. LUZ, Isaú Coelho. Rastros e pegadas. (KELPS: GOIÂNIA, 2011, p. 79)



passadas é que os missionários não obrigaram os nativos americanos a se estabelecerem em Conceição, mas ganharam sua confiança oferecendo-lhes presentes e que não forçaram as crianças a permanecer em casa (no convento). Por outro lado, o projeto é abertamente educacional, já que o objetivo é formar casais de ameríndios cristãos integrados na sociedade brasileira e terminar com a "vida selvagem", assim com a cultura kayapó. Os cristãos se instalam em Conceição e os dominicanos assumem o papel de sacerdotes paroquiais e devem gerir as relações muitas vezes conflituosas entre ameríndios e brasileiros.²⁷ (PIC, 2014, p. 94).

Repetindo as estratégias de “isolamento” dos indígenas, os dominicanos atraíam e concentravam em um espaço a população indígena e os não-indígenas em locais distintos e, todavia, próximos uns dos outros. Seguindo esse padrão, a catequese de Frei Gil e de seus apoiadores tomou forma. Para a implementação da prática catequista e “educacional” essa foi a primeira ação a ser implementada. Com as plantas da vila e da aldeia elaboradas, a partir do confinamento territorial, iniciou-se a “tutela”²⁸, ou seja, a política de controle efetuada juntamente com a ação evangelizadora, que se tornou mais eficiente.

Para Oliveira (2016), a “crença na salvação do indígena” idealizada em regimes de “tutela” e “pacificação”, desenvolveu-se, *a priori*, fundamentada na “crença numa missão civilizadora da elite dirigente fator essencial para prover a administração de uma fonte indispensável de legitimidade”, (OLIVEIRA, 2016, p. 25), que mais tarde relegou os indígenas a condições de não-cidadãos, e daí, não detentores de direitos, obrigando-os a iniciarem o protagonismo de suas próprias formas de sobrevivência.

Com a intensificação das relações interétnicas, os indígenas, de certa forma, aprenderam a “jogar” e “jogando o mesmo jogo”, e isto significa que existe entre eles um determinado potencial de diversificação e de expansão de seus relacionamentos sociais” (BARTH, 2011, p. 196). Assim, passaram a buscar novas articulações, estratégias de lutas e relações sociais no convívio interétnico, ou seja “jogar o jogo” do não-índio possibilitou tanto sua afirmação identitária, como fortaleceu seus traços étnicos, a expansão de suas atividades e seu próprio potencial demográfico.

Voltando para a catequese dominicana, o fato de os missionários terem uma base de apoio de onde poderiam se lançar rumo ao interior do estado engendrou uma nova territorialidade. Em uma dinâmica mais aguda promoveu-se uma ação de “pacificação” de grupos indígenas que, em parte, se deu em função dos mesmos terem passado a aceitar as regras, normas morais e sacramentos, como o casamento, o batismo e a adoção de nomes cristãos, assim como as relações de troca a partir da lógica da

²⁷ (PIC, 2014, p. 94). PIC, Clare. Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952) : de la mission à l’apostolat intellectuel . (Tese de doutorado), Histoire. Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, 2014. Français.

²⁸ Cf. LIMA, Antonio Carlos de Sousa. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Vozes, Petrópolis, RJ, 1995.



“tutela”. Por outro lado, isso tornou menos complexa a exploração de recursos naturais por parte de comerciantes oriundos de outras regiões do país, que passaram inclusive a “negociar” com grupos indígenas. As “porteiras” para a migração se abriram, convergindo com a formação de novos povoados, freguesias e “corrutelas”²⁹, como as próximas dos rios Arraias e Pau D’arco.

Nesse contexto, o território do “Araguaia Paraense” tornou-se lugar de disputa - uma dinâmica de territorialização, conformação e reconfiguração - tendo como base a criação da aldeia habitada pelos Kaiapó nas proximidades da vila de Conceição do Araguaia, assim como a própria vila, que era formada por sertanejos oriundos de diversos lugares. Esses agrupamentos de moradores receberam orientação política e ideológica dos religiosos. Assim, processou-se a interação entre eles baseada ora em trocas materiais ou simbólicas, ora sob tensas e conflituosas relações de resistências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento deste artigo efetivaram-se após uma primeira fase de seleção e tematização dos tópicos para análise. Isso, depois de uma primeira leitura da obra dominicana. Tal sistematização se processou após a obtenção da revista que, conforme já mencionado, é a fonte principal analisada. Para obtê-la foi necessária uma visita de 10 dias, no mês de junho do ano de 2017, ao Arquivo Bartolomeu de Las Casas, que é uma instituição composta por um convento que possui um arquivo como anexo, situado na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. O periódico é parte do conjunto de documentos denominados de “memória dominicana” e fica sob os cuidados do diretor Pr. Mario Taurinho e do arquivista, o senhor Jackson Augusto de Souza. Nesse arquivo encontra-se uma vasta coleção de textos³⁰, mapas, relatórios, atas de fundação de cidades, vilas, escolas, hospitais, conventos e igrejas.

O arquivo reúne documentação das dioceses do Rio de Janeiro, Uberaba, Belo Horizonte, Goiás, Porto Nacional e Conceição do Araguaia. O acesso à fonte obedeceu alguns passos com a ajuda de um aplicativo para *smartfone* que possibilita tirar foto, e, em seguida, escanear documentos. Assim, todos os números da revista foram convertidos em pdf, tornando possível seu “manuseio” e a digitação.

²⁹ Cf. MOREIRA NETO, Carlos A. A Cultura Pastoril do Pau d’ Arco, Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, INPA, CNPq, nº 10, março, 1960

³⁰ Existem, ainda, relatórios de visitas às aldeias de diversos agrupamentos indígenas, relatórios de expedições de reconhecimento de localidades, processos judiciais, cartilhas de línguas indígenas e inúmeras fotos (da virada do século XIX para o XX). Há também periódicos como as revistas Cayapó e Carajá, Santo Rosário, e jornais, como o Diário dos Moços, A Cruz, entre outros. Além de uma infinidade de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado em língua portuguesa, francesa, italiana e latina.



A literatura das memórias dos padres da ordem dos pregadores, adotada neste artigo, é tida tanto como “fonte principal” como “fonte complementar”. Não possui um verniz acadêmico-científico, pois trata-se de elaborações de cunho ensaísta, biográfico e “memorialista”. Seu estudo serve, antes de mais nada, para esclarecer as marcas do discurso dessa referida ordem religiosa. Por fim, serviu como material de suporte contextual, mas também é material de análise. Como já enfatizado, as principais obras são as de Gallais (1942), Audrin (1947) e Thomaz (1936). Esses trabalhos foram citados para narrar o discurso histórico e a ação evangelizadora dos dominicanos.

DELINEANDO ZONAS DO SERTÃO DO ARAGUAIA

O projeto missionário possibilitou uma maior conexão entre os vilarejos mais distantes da região do Araguaia, do lado paraense. Os religiosos frequentemente realizavam visitas tanto às aldeias como aos pequenos povoados já existentes nas primeiras décadas do século XX.

Quadro 1: Povoados, rios e agrupamentos indígenas no Araguaia Paraense (1900-1930)

ARAGUAIA PARAENSE ENTRE 1900 – 1930, ATUAL “SUL DO PARÁ/ALTO XINGÚ”		
RIOS	ALDEIAS (AGRUPAMENTOS INDÍGENAS)	POVOADOS
Rio Araguaia/Arraias	Índios Caiapó	Conceição do Araguaia
Rio Araguaia/Pau D’arco	Índios Chikris	São Domingos do Pau D’arco
Rio Araguaia	Índios Carajás	Santa Maria/ S. Anna
Rio Araguaia/Tapirapé:	Índios Tapirapés	Santa Terezinha
Rio Gamelleira/Pau D’arco	Índios Chikris	Gamelleira
Rio Trairão	Índios Chikris	Triupho
Alto Rio Fresco	Índios Djorés	Novo Cipó

Fonte: Gorotires. Prelazia de Conceição do Araguaia. 1936. Organizado pelo autor.

Outros povoados também formados nessa temporalidade são: Solta (atual cidade de Redenção), Novo Horizonte, Pau D’arco (atual cidade de Pau D’arco), Mata Geral (atual vila de Mata Geral), pertencente ao Município de Redenção, Arraias (atual vila de Alacilândia, município de Conceição do Araguaia).

Resguardando aspectos proporcionais, houve uma consonância entre os “projetos” da Igreja e do Estado. Ambos, apesar de terem objetivos muitas vezes distintos, convergiam quanto à política de adequação das populações indígenas aos moldes e padrões da sociedade republicana recém-formada:



O processo de territorialização, delineado no final do século XIX e transformado em política indigenista oficial na primeira década do século XX, estava voltado precisamente para as situações de expansão da fronteira econômica, em que existiam populações que mantinham uma relativa autonomia política e atualizavam padrões culturais contrastantes com os dos regionais não indígenas. Tal política foi conduzida diretamente pelo Estado por meio de uma agência indigenista especializada que, definindo as terras destinadas aos indígenas, promovia a pacificação das relações locais entre estes e os regionais. (OLIVEIRA, 2016, p. 272)

O próprio “governo central” opera suas “políticas públicas”, exemplo disso é a atuação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI - que agia conivente ou mesmo como próprio idealizador e implementador de políticas que se convencionou chamar de “pacificação”, segundo os estudos de Lima (1995) e Oliveira, (2016).

O Estado tem tido, historicamente, o papel de articulador da intervenção na Amazônia, tanto estatal como privada, desconhecendo sistematicamente as vozes e reclames de seus moradores, e suplantando as “particularidades das coletividades humanas”, dos “movimentos sociais”, enfim, favorecendo a dupla ação de “controle e ignorância”.

Segundo Almeida (2009, p. 95) “um dos principais elementos do desconhecimento da Amazônia, como já foi observado, tem sido produzido pelos aparatos de poder centrado no Estado”, que efetivamente operacionaliza a lógica de intervenção estatal/privada. Bem como, simultaneamente, cuida da divulgação, no imaginário nacional, de preconceitos e estereótipos como “figuras típicas”, “povos tradicionais”, “retrato do Brasil,” (ALMEIDA, 2008, p.33), articulando discursos que negam ou desconfiguram as marcas históricas da colonização amazônica.

A “pacificação” de indígenas no Brasil constitui-se como uma política de Estado que tinha os agentes do Serviço de Proteção ao Índio na linha de frente, priorizando zonas conflituosas, como a do “Araguaia Paraense”. Nela, a presença de povos indígenas, sertanejos e agentes comerciantes de recursos das florestas e dos rios, formava a “teia social” propensa a relações interétnicas onde a concepção do “outro” como oposição, “diferença” e “alteridade”, era a regra.

Conservando as devidas especificidades, ocorreu, nas missões dominicanas no Araguaia do lado paraense, uma síntese histórico-cultural de outras missões religiosas antecedentes, implementadas em outras regiões brasileiras, no caso das missões dominicanas/francesas, o caráter político administrativo tinha feições de um sistema “pedagógico-religioso”.

É bem conhecida a estratégia catequética que tal imagem dos ameríndios motivou: para converter, primeiro civilizar; mas, proveitosa que a precária conversão dos adultos, a educação das crianças longe dos ambientes nativos; em lugar do simples pregar da boa nova, a constante da conduta civil



dos índios _ reunião, fixação, sujeição e educação para inculcar a fé, era preciso antes dar ao gentio lei, e rei. (CASTRO, 1992, p. 24)

A priorização da “educação das crianças longe dos ambientes nativos, a polícia constante da conduta civil dos índios, fixação, sujeição e educação”, pertence às mesmas estratégias de catequização de outras missões, que foram repetidas na fronteira do atual Sul do Pará, nos arraiais às margens dos rios, em vilarejos, e em agrupamentos indígenas distantes. Após a aglutinação dos indígenas em um dado local, conforme Pic (2014), passava-se ao processo de “educação” que era a “ponta de lança” cultural dessa ação religiosa e, por esse processo “educativo”, moral, inculcava-se os costumes/tradições não-indígenas que deveriam ser incorporados pelos agrupamentos indígenas.

Na primeira edição do ano de 1922, da revista Cayapó e Carajás, são apresentados os futuros “estudantes” da “catequese dos caiapós”.

Faz alguns meses, chegou em Conceição um grupo de Índios Cayapós, pertencentes à pequena aldeia de Croatá. Eram nove homens, cinco mulheres e seis crianças. Foram logo ter com o Snr. D. Frei Sebastião. Vinham cumprir o prometido e entregar-lhe cinco meninos para catequizá-los. São estes: 1º - Rufino Oka, 12 anos, que já teve aqui um princípio de catequese, faz quatro anos; é ainda pagão. 2º - Ângelo Kudjuré, 10 anos, batizado na aldeia por Frei Francisco. 3º - Cicero Kongrâ, 7 a 8 anos, batizado por Frei José e afilhado de dona Archaja. 4º - Bendjainá, 7 anos, ainda pagão. 5º - Bedjié, 5 anos, o Benjamim da turma, também pagão. São todos órfãos de pai e mãe, menos Bendjainá que ainda tem a mãe. Foram confiados aos cuidados da veneranda e carinhosa viúva e Terceira Dominicana D. Archaja, chamada “Mãe dos Cayapós”. É uma das dedicadas **matronas** que muito auxiliaram o finado Frei Gil e os seus companheiros e sucessores na obra da Catequese. Todas as despesas da educação desses pequenos indígenas correm por conta do Snr. Prelado. Esperam-se outros, meninos e meninas, daqui a pouco. As crianças do sexo feminino serão entregues às mui dedicadas Irmãs Dominicanas, exímias catequistas e mestras. Brevemente os cinco Cayapósinhos iniciarão o estudo do B-A B-A sob a direção das referidas Religiosas. Dois dias depois da sua chegada, **já bem vestidos**, asseados e de cabelos cortados, foram levados à igreja na hora da novena de S. Domingos. Era interessante ver os olhos e a fisionomia desses pequenos silvícolas, silenciosos, atentos, admirados e contentes. – Aos quatorze Cayapós, pais, tios ou padrinhos dessas crianças, que aqui passaram cinco dias completos, deu-se comida, roupa e instrumentos agrícolas. Reunidos na pequena e modestíssima sala de visitas do Snr. Prelado, foram-lhes dispensados conselhos morais e normas de bem viver. Assim que souberem as orações principais e tiverem dado provas de docilidade, de bom comportamento e de perseverança, os meninos ainda pagãos serão batizados e ser-lhes-ão dados os nomes escolhidos por seus queridos protetores e padrinhos, (RCC. Nº 1. Ano. 1922. p. 5, grifo nosso)

Nesse importante trecho da revista, menciona-se umas das figuras mais relevantes no processo de “educação” das crianças indígenas - as religiosas dominicanas - um exemplo dessas “educadoras” é a “veneranda e carinhosa viúva e Terceira Dominicana D. Archaja, chamada ‘Mãe dos Cayapós’”, que veio à Conceição juntamente com outras religiosas, depois da criação da catequese, em auxílio aos



dominicanos. Isso em função de uma requisição de Frei Gil de Vilanova após uma de suas visitas aos superiores, em Toulouse na França.

Voltando, então, ao que chamamos de imposição cultural via educação, que os dominicanos chamam de “B-A B-A”, e são os primeiros ensinamentos da educação que caracterizamos como “pedagógico-religioso”. Outra imposição também já referida era a das tradições/costumes, a saber: “já bem vestidos, asseados e de cabelos cortados” conforme recomendação das “matronas” e a boa prática cristã.

A respeito dos primeiros “estudantes” indígenas, apontados pela revista, pode-se destacar o fato de que quase todos eram órfãos. Essa característica pode estar vinculada à resistência dos pais Kaiapós. Ainda na referência, aponta-se que uns já possuem nomes cristãos, apesar da afirmação de que ainda “são pagãos” e logo irão ser batizados, recebendo seus nomes cristãos.

A culminância do projeto missionário dominicano dava-se com a realização da “primeira comunhão”, do “batismo” e do “casamento”³¹. Simultaneamente, ocorria a incorporação de hábitos, como vestuários, e o desenvolvimento de certos costumes (como ir à missa), dentre outras obrigações católicas. A partir da adoção de tais comportamentos os indígenas passavam a ser reconhecidos como “civilizados” aos arquétipos ocidentais, ou seja, “pacificados”.

A criação da catequese de Conceição do Araguaia, antes de tudo, favoreceu uma ação de “pacificação” de agrupamentos indígenas. Essa ação, que obedecia a critérios previamente idealizados, enfim, pensada pelos dominicanos, permitiu a ocorrência mais intensa de relações entre os diversos grupos étnicos baseados em seus diversos interesses, inclusive dos dominicanos.

A importância dos missionários dominicanos, indicados logicamente para a tarefa ingente da pacificação das hordas Caiapós, coisa aliás, conseguida em várias aldeias. Das numerosas ramificações dessa nação, perduram num estado bruto os Gorotires (matas do Rio Fresco), os Chikris (florestas do Itaipava), os Purukarús (noroeste do Rio P’Arco), de cujas tabas o bispo D. Sebastião vem tentando aproxima-se com longas resignadíssimas insistências encativar-lhes a amizade (SILVA, 1948, p.34)

³¹ Exemplo da efetivação dessas instituições católicas é a publicação na RCC do casamento e batismo da indígena D. Josepha - Casamento – “No itaury, povoaçãozinha na bocca da cachoeira do mesmo nome, abaixo do Lago Vermelho, unidos pelos sagrados laços do matrimonio, D. Josepha, moça da nação dos Gaviões e o christão Felix Francisco da Trindade. D. Josepha da Mata Lima tem uns 25 annos de idade e foi baptisada pelo santo e saudoso finado Frei Guilherme, um dos dedicados companheiros do inolvidável Frei Gil. Ella é de boa estatura e compleição forte como o gentil de onde é oriunda”. (RCC, nº. 02. Ano.1922. p.10).



A presença de indígenas na fronteira “Araguaiana” sulparaense é apresentada na edição de nº 4 do mês de abril do ano de 1923:

OS INDIOS DA PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - Os Cayapós e os Carajás são as tribos mais vizinhas da sede da prelazia, aquelas a quem os missionários podem mais facilmente levar o conhecimento da nossa santa religião. Há, porém muitas outras tribos disseminadas pela grande área da prelazia (250.000 km² aproximadamente). Eis uma breve resenha desses Índios: Tapirapés – raça tupi – três aldeias; muito **faceis de se amansar**. Rio Tapirapé, afluente esquerdo do Araguaia. Gorotires – raça Cayapós – **muito bravos**, em guerra constante com os seringueiros e caucheiros. Rio Fresco e alto Xingu. Djorés – raça Cayapó – conhecidos só por informações dos Índios Cayapós; cabeceira do Rio Fresco. Niakangakri – raça Cayapó, mesmo rumo. Chicris – raça ainda não identificada – meio bravos – entre o Araguaia e os afluentes direitos do Itacayunas. Catetés – raça ainda não identificada – **meio bravos** – cabeceiras dos rios Itacayunas e Cateté. Sororós – raça ainda não identificada; vagam pelas cabeceiras do Rio Sororó, afluente direito do Itacayunas, defronte da povoação Santa Isabel do rio Araguaia. Anembés – raça tupi – matas do Lago Vermelho, tribo em completa decadência; dez índios só em 1919. Gaviões – raça Cayapó, matas defronte São João, Marabá, Itaury, margem direita do Tocantins. Tornaram-se de novo **bravos** desde 1912 assaltando viajantes ou moradores. Fronteiras da prelazia. (Arquidiocese de Belém.) Apinagés – raça Cayapó; mansos, fronteiras da Prelazia (Arquidiocese de Porto Nacional.) (RCC. Nº 4. Ano. 1923. p. 4. Grifo nosso).

O periódico nomeia, nesse trecho, os inúmeros agrupamentos indígenas, suas características e as possibilidades de “amanso”. A esse respeito, parecia haver uma classificação baseada em estágios de docilização/catequização dos indígenas. Os dominicanos denominavam de “muito bravos” indígenas ainda não contactados, portanto, segundo a RCC, não “amansados”. Havia, ainda, os “meios bravos”, aqueles com os quais já se tinha algum contato e eram passíveis de serem catequisados, Por fim, há os “bravos” indígenas que, mesmo após passar por um período de doutrinação, havia retomado seus costumes.

As representações apresentadas entre aspas descrevem uma dicotomia na subjetivação, a partir do que parecem entender os missionários sobre o “outro”. Por exemplo, as classificações “amansados” em oposição a “bravos”. Outras classificações que demarcam representações a partir de “*práticas divisoras*” e dicotômicas são as representações de “selvagens” e “civilizados”, termos replicados na RCC e utilizados pelos evangelizadores franceses para caracterizar, segundo sua própria medida e entendimento, os estágios de “civilidade” dos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já no primeiro número da RCC, traça-se um histórico sobre a fundação da catequese. Nele, como ao longo das demais edições subsequentes, se descreve o protagonismo dos padres e bispos



dominicanos, seu “cuidado” no trato com os indígenas e a eficiência de seu “método” de pacificação. É fato a defesa enfática da necessidade de salvação das almas submetidas ao projeto religioso dos missionários. Se considera que os atos enunciativos, provenientes da ação evangelizadora dos padres da ordem dos pregadores, tendem a classificar o “outro” e, a partir de suas próprias representações, classificar os indígenas do “Araguaia Paraense” como “selvagens”, “bravos” ou “amansados”, passíveis de uma salvação/doutrinação.

Na fonte central deste trabalho encontram-se os argumentos dos padres destacando seu protagonismo diante de indígenas e sertanejos. Formou-se, dessa maneira, “convivências” entre esses atores sociais, sendo elas notadamente relações interétnicas onde predominava a percepção do “outro” como oposição e a “diferença”/“alteridade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manuel Martins de (Manelão). **Revelando o rosto de Deus: na terra das “Bandeiras Verdes”**. Conceição do Araguaia/PA: Diocese de Conceição do Araguaia, 2011.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação: estudos históricos. **Ponto de Vista**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 145-151, março/junho, 1995.

AUDRIN, Frei José M. O. P. **Entre Sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947, p. 288.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Unesp, 2011.

GALLAIS, Estevão Maria, O.P. **O apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova missionário dominicano**. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Antonio Carlos de Sousa. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUZ, Isaú Coelho. **Rastros e pegadas**. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia: sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo social. São Paulo: USP, v. 1, n. 8, p. 25-70, maio/julho, 1996.

MOREIRA NETO, Carlos A. **A Cultura Pastoril do Pau d’ Arco**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. INPA, CNPq, n. 10, março, 1960.



OLIVEIRA, Américo Leonidas Barbosa de. **O Vale Tocantins-Araguaia**: possibilidades econômicas e navegação fluvial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ministério da Viação e Obras Públicas, 1941.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2016.

PIC, Clare. **Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952)**: de la mission à l’apostolat intellectuel. 2014, 95f. Tese, Doctorat en Histoire, Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, Français, 2014.

SILVA, Hermano Ribeiro. **Nos sertões do Araguaia**. Coleção Saraiva. São Paulo: Saraiva, 1948.

THOMAZ, Sebastião. O.P. **Gorotires**. Rio de Janeiro: IMPLIMATUR, Prelazia de Conceição do Araguaia, 1936.

TOURNIER, Reginaldo O.P. **Lá longe no Araguaia**. Tradução de Soares de Azevedo. Rio de Janeiro: IMPLIMATUR, Prelazia de Conceição do Araguaia. 1942.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. 2013, 115f, Tese, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília-DF, 2013.

Artigo recebido em: abril/2021

Artigo aprovado em: julho/2021